

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Ajude...

A inclusão do deputado José Guimarães (PT-CE) no primeiro escalão do governo como ministro de Relações Institucionais leva para mais perto de Lula um nome que dialoga bem com o Centrão, grupamento dividido hoje entre os vários postulantes ao Planalto. A função dele será assegurar essa proximidade dos partidos ao governo Lula.

## ... e não atrapalhe

A nomeação de Guimarães tira do PT a indicação de um candidato de peso ao Senado no Ceará. Agora, as duas vagas de senador estão livres para que o governador-candidato, Elmano de Freitas (PT), possa atrair aliados.

## O teste da amizade

A prisão de Alexandre Ramagem pelas autoridades norte-americanas levará o bolsonarismo a modular o discurso em relação ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Por enquanto, a ordem é tratar a prisão como “meramente migratória”, conforme definiu o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Mas, se Ramagem for deportado, será um sinal de que a amizade com o governo dos EUA tem limites.

## Mão na massa

A liderança do governo no Senado, junto com a consultoria da Casa, produziu um material mostrando como a Lei da Dosimetria vai modificar as progressões e os cumprimentos de pena, caso o veto seja derrubado no fim do mês. Os dados apontam que, em casos de réus primários de crime hediondo, o cumprimento da pena cai de 70% para 40%. Em caso de feminicídio, um condenado na mesma condição cumpriria 55% da pena e não 75%.

## Ajuda para Bolsonaro

Os especialistas apostam que o principal instrumento da dosimetria que pode ajudar a regressão de pena do ex-presidente Jair Bolsonaro é a mudança no regime domiciliar, em que os presos poderão abater da pena dias de trabalho ou de estudo.

# Um mantra na eleição para o TCU

A defesa das emendas parlamentares ao Orçamento e cobranças para a redução do volume de Restos a Pagar (RAPs) formam a base do discurso de todos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Da situação à oposição, todos defenderam esses dois pontos, num sinal de que, quem quer que ocupe o Poder Executivo, terá que conviver com o desejo dos congressistas de controlar o Orçamento. “Não podemos ser criminalizados no ato de indicar”, defende o deputado Odair Cunha (PT-MG), candidato com as bênçãos do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e fruto do acordo para a eleição da Mesa Diretora, em 2025. “Só para terem uma ideia, em 2025 nos Restos a Pagar, acumulamos um déficit orçamentário da

ordem de R\$ 62,8 bilhões. Ou seja, mesmo sendo oriundo de uma emenda impositiva, esse pagamento fica ao critério da priorização do Poder Executivo”, completa o deputado Danilo Forte (PP-CE), indicado pelo PSDB para o TCU.

**Por falar em Restos a Pagar...** / O estoque de RAPs dos anos anteriores chega a R\$ 390 bilhões. A briga dos deputados — e o que faz parte do discurso para o TCU — é no sentido de liberar tudo o que estiver relacionado a emendas. A defesa das emendas está diretamente relacionada ao aumento das investigações sobre essas propostas. A avaliação geral é de que um ministro do TCU que entenda o trabalho legislativo é essencial para evitar a criminalização do instrumento.



## CURTIDAS

**Na lida...** / Afastado do governo do Pará para concorrer ao Senado, o ex-governador Helder Barbalho aproveita o tempo com uma agenda externa. Ele se reuniu com a economista franco-americana Esther Duflou, Prêmio Nobel de ciências econômicas. Trataram da implantação da proposta construída na COP30, sobre a criação do “Pix do clima”. O uso desse instrumento ajudaria a garantir a transferência direta de recursos financeiros a famílias impactadas pelos efeitos das mudanças climáticas, especialmente, na Amazônia. Helder está empenhado em transformar esse projeto em realidade.

**...e nos eventos** / O encontro com Esther se deu por ocasião da participação do ex-governador no Brazil Project, em Harvard. O Brazil Project é uma iniciativa de estudantes brasileiros na universidade norte-americana e no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o MIT.

**Gestão Pública...** / A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (foto), abre amanhã, no Brasília Palace Hotel, o 6º Brasília Summit



Mauro Ferreira/CB/DIA Press

**Lide-Correio Braziliense**, com o tema “Eficiência na Gestão Pública”, assunto desafiador para todos aqueles que concorrem ou pretendem concorrer a um mandato eletivo.

**... em debate** / O governador do Mato Grosso, Mauro Mendes, participará do painel “Infraestrutura e Inovação: as boas práticas na administração pública”, ao lado do ministro do TCU, Antonio Anastasia, e os CEOs Giuseppe Mendes, do escritório Pinheiro Mendes Advogados, e Gustavo Montezano, fundador da Yyy Capital.

## JUDICIÁRIO

Ministra tenta ficar à parte da crise de imagem do STF, num momento em que vêm à tona profundas divergências entre os ministros

# Cármem alfineta: "Não faço nada errado"

» FABIO GRECCHI

A ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, reconheceu, ontem, que a Corte deve passar por mais reformas e que precisa “mostrar ao povo que estamos [os magistrados] ali para servir”. Ao participar, ontem, do seminário “O Brasil na visão das lideranças públicas”, promovido pela Fundação Fernando Henrique Cardoso, ela comentou a crise de confiança no Judiciário e sobre possíveis inovações na dinâmica do STF. Frisou, ainda, a necessidade de transparência e de explicações das ações dos integrantes

do tribunal fora de Brasília.

“Da minha parte, digo: podem dormir tranquilos. Não há uma linha minha que esteja fora da lei. Eu não faço nada errado”, salientou, ressaltando, porém, que não falava em nome da Corte.

Os comentários de Cármem Lúcia vêm num momento em que fica cada vez mais explícita o distanciamento entre os ministros e o profundo desgaste na imagem da Corte provocado pela crise do Banco Master. Isso ficou explícito na semana passada. A ministra foi uma das vozes mais veementes contra a possibilidade de o STF reformular a decisão do Tribunal Superior Eleitoral

Luiz Roberto/TSE



**Na semana passada, posição de Cármem expôs o grande distanciamento entre os integrantes do Supremo**

— que ela preside — sobre a eleição no Estado do Rio de Janeiro e a inelegibilidade do ex-governador fluminense Cláudio Castro.

A ministra, mais Kássio Nunes Marques e André Mendonça, que também integram o TSE, se alinharam a Luiz Fux para que o pleito para o novo ocupante do Palácio

Guanabara seja indireto e secreto. Os quatro se opuseram a Cristiano Zanin, que deu parecer pela convocação de uma votação popular.

Além disso, Cármem Lúcia foi indicada pelo presidente do STF, Edson Fachin, para relatar um código de ética a ser adotado pela Corte, a fim de diminuir

o impacto causado pelo envolvimento dos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes com a crise do banco de Daniel Vorcaro. Nos bastidores aponta-se que os dois, mais o decano Gilmar Mendes, são os mais refratários à adoção de normas de conduta para os integrantes do Supremo.

## Questionamento

Sobre a crise de confiança no Judiciário, a ministra explicou que o momento é de uma “agudização de algumas crises”, que precisam ser pensadas, e que o STF vive um momento de “questionamento”. Mais: afirmou que as instituições como um todo, tanto públicas quanto privadas, têm tido a credibilidade posta em xeque. A essa “crise de desconfiança global”, segundo ela, somam-se os desafios de julgar temas de direito constitucional cada vez mais complexos.

“Aquele mundo com parâmetros postos acabou e estamos vivendo outro”, disse Cármem, sobre o julgamento de temas como a responsabilidade civil das redes sociais e do uso de inteligência artificial (IA). “São perguntas inéditas e as respostas não estão prontas”, afirmou.

Para a ministra, o STF tem buscado mudanças, mas “há uma avalanche que precisa ser repensada”, afirmou, referindo-se à carga de processos na Corte. “Não é fácil do ponto de vista humano e funcional”, disse. Cármem defendeu que, apesar das críticas, o plenário virtual foi uma “boa medida” para desafogar o acervo da Corte.

“O Supremo não pode ficar como está em sua dinâmica. Vejo essa tentativa de mudança. Não significa que não tenha muito a aperfeiçoar”, observou.

## CONGRESSO

# PL faz ofensiva contra governista no TCU

» WAL LIMA

A Câmara decide hoje o novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), em uma disputa em que os bolsonaristas trabalham intensamente para tentar derrotar o deputado Odair Cunha (PT-MG), candidato apoiado pelo governo federal e pelo presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Na sabatina na Comissão de Finanças e Tributação, ontem, o PL liderou um movimento para unificar candidaturas de oposição para evitar a dispersão de votos.

A estratégia, segundo o líder Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), é construir um bloco único entre nomes da oposição, com prioridade para a deputada Soraya Santos (PL-RJ). Segundo ele, o senador e

pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) tem atuado diretamente nas conversas com os candidatos para viabilizar um acordo.

“Negociações políticas se faz sem nenhum tipo de imposição. O importante é estarmos reunidos, dialogando para esse propósito”, afirmou, defendendo que Soraya seria uma representante das mulheres no TCU. “Estamos muito

felizes com a candidatura da deputada. Vamos insistir com o nome dela até o último momento, porque entendemos que não ter uma mulher no TCU é um desserviço às mulheres brasileiras”, acrescentou.

Soraya, por sua vez, está confiante, mas com os pés no chão. “Estou com pensamento positivo, porque a sabatina é fundamental para você conhecer um pouco da

história da pessoa, o olhar da pessoa. Não se pode olhar a letra fria da lei, tem que ir além. Acho que você precisa ter maturidade política, é um cargo muito importante, estratégico”, disse.

Odair Cunha buscou reforçar a independência em relação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao apresentar-se na sabatina. “Minha candidatura tem um significado claro: ela não pertence ao governo, não pertence ao meu partido, não pertence à oposição. Pertence ao conjunto dos

senhores deputados e deputadas”, garantiu, salientando que a escolha para o TCU não deve ser politizada.

Os demais candidatos — Elmar Nascimento (União-BA), Hugo Leal (PSD-RJ), Adriana Ventura (Novo-SP), Gilson Daniel (Podemos-ES) e Danilo Forte (PP-CE) — tentaram manter uma equidistância tanto de governistas quanto de opositoristas, e apresentaram-se como perfis voltados ao fortalecimento do controle técnico, da transparência orçamentária e da relação entre o TCU e o Congresso.